

EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

Dezembro/2016

Os estudos africanos no Brasil têm avançado progressivamente, em boa medida, pelos esforços de cooperação acadêmica com diferentes instituições africanistas e africanas. As especificidades e, sobretudo, o novo papel estratégico conferido ao continente precisam ser compreendidos a partir de uma nova realidade geopolítica, em um mundo em transição. Se, por um lado, as debilidades dos países africanos são parte do processo de construção do Estado-nação, em que a sobrevivência político-econômica representa elemento básico, por outro, apesar das rivalidades internas e alianças externas divergentes, existe uma agenda comum aos Estados africanos. Portanto, nas relações com os grandes poderes internacionais, os africanos não constituem um polo passivo.

Após um breve período em que ocorreu a perda de importância estratégica decorrente do fim da Guerra Fria e do enfraquecimento do Não Alinhamento, a África voltou a ocupar uma posição importante pela presença de novos atores, fato que possibilita ao continente uma maior autonomia e desenvolvimento. Também se definem novas correlações de força e emergem potências regionais africanas. Nos próximos anos haverá crescente disputa global no continente, em torno da agenda securitária e de recursos naturais. Combinada a esta perspectiva, é crucial analisar a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul, frente a um cenário no qual o Oceano assume nova importância geopolítica. É necessário ressaltar que o Brasil utiliza a cooperação para promover a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul, que começou a alterar as relações de poder nesse espaço e que provocou uma nova presença, mais complexa, das potências tradicionais. Esse novo protagonismo, caracterizado por intervenções ou promoção da desestabilização interna (e regional) representa um desafio para os Estados africanos, e, fundamentalmente, para o mundo em desenvolvimento.

O segundo número da RBEA, nesse sentido, analisa esses novos

desafios. O artigo de Vladimir Shubin discute os dilemas do último processo eleitoral sul-africano, observados *in loco*; enquanto John Akokpari analisa o estabelecimento da Arquitetura de Paz e Segurança no âmbito da União Africana para prevenção e resolução de conflitos que permaneceram de forma endêmica no continente. Li Anshan, por sua vez, ao discutir os estudos africanos na China considera que os estudos acadêmicos são um reflexo do rápido desenvolvimento das relações China-África e africanistas fora da China têm mostrado grande interesse no engajamento acadêmico China-África. Sylvio de Souza Ferreira e Eduardo Migon, por seu turno, discutem a cooperação técnica brasileira em Segurança e Defesa com a África. Os autores afirmam que como parte do entorno estratégico brasileiro, o continente africano atrai a atenção do Brasil, ao passo que vem obtendo inserção crescente na agenda de pesquisa nacional, em especial na área de Segurança e Defesa. Analúcia Danilevicz Pereira analisa as relações cubano-africanas e seus traços de excepcionalidade. Desde os primeiros anos da Revolução, Cuba definiu sua linha de atuação no continente africano, marcada por múltiplas formas de cooperação.

Diego Pautasso analisa o lugar da África na construção da Nova Rota da Seda Marítima. Este é, justamente, um dos vetores do ambicioso projeto chinês de integração da Ásia, Europa e África, lançado em 2013 sob título de Iniciativa OBOR (*One Belt, One Road*). A dinâmica de Segurança no Chifre da África no período pós-independência é abordada por Nilton Cardoso, identificando os atores, agendas e desafios, bem como as “novas” ameaças e respostas internacionais e regionais. Discute, ainda, a importância estratégica da região para as potências tradicionais no pós-II de Setembro de 2001 consumado no processo de securitização. Fidel Terenciano, Maria do Socorro Souza Braga e Carlos Augusto da Silva Souza analisam os processos de democratização e competição política na África em dois estudos de caso: Moçambique e Zâmbia. O trabalho parte da evidência de que a democracia é um sistema que deve permitir a confrontação das diversas forças políticas e sociais, e a sua legitimidade advém do reconhecimento dos atores envolvidos em seus processos políticos e eleitorais como um todo. Já Simone Gibran Nogueira e Raquel Souza Lobo Guzzo procuram localizar e estabelecer diálogo sobre a produção da Psicologia Africana dentro do contexto de produções científico-culturais do “Sul Global”. Por fim, o camaronês Kingsly Awang Ollong propõe um estudo de caso em torno de um dos principais produtos cultivados nos países em desenvolvimento (bananas), cuja receita por safra se configura como uma importante fonte de renda via exportação. Todavia, por décadas, a economia das bananas tem sido um exemplo de injustiça comercial.

A RBEA publica uma versão eletrônica bilíngue (português e inglês)

e uma impressa em inglês. Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com ele.

Agradecemos aos Assistentes de Edição Rafaela Serpa e Rodrigo Cassel e à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução dos artigos. Agradecemos a Guilherme Thudium, Francine Juchem Salerno, Camila Kowalski, Marcelo Kanter, Maximilian Barone Bullerjahn e Joana Búrigo Vaccarezza pela colaboração na tradução e revisão dos textos em inglês.